

ESTUDOS EM SAÚDE MENTAL E SEUS EFEITOS DE GOVERNO SOBRE A LOUCURA

Studies in Mental Health and their Governing Effects on Madness

Alessandra Aniceto Ferreira Figueirêdo¹

Tacinara Nogueira Queiroz²

Juliana Leite Silva Ramos³

RESUMO

Este trabalho apresenta uma análise de resumos publicados no livro de resumos do XVI Encontro Nacional de Psicologia Social (ABRAPSO, 2011), que enfocavam a loucura nos estudos em saúde mental, à luz do conceito de Governamentalidade. Foram trabalhados nove resumos, seguindo a proposta foucaultiana de análise do discurso. A análise sugere que a legitimação do saber científico vem servir como uma das ferramentas utilizadas no governo da população. Ao propor a desinstitucionalização do hospital psiquiátrico e eleger outros dispositivos prioritários, como os CAPS, os discursos sustentaram outros campos de saber, questionando o saber médico-hospitalar. Ao mesmo tempo, reafirmaram o modelo fisicalista, reiterando a proposta higienista que constrói a psiquiatria. A instituição familiar foi utilizada nos discursos como uma das tecnologias que sustentam o governo da população. As regulações e regras dos discursos que foram produzidas, aparentemente dispersas, modularam conceitos, teorias, legitimaram campos de saber, construíram versões de verdade, e possibilitaram usos estratégicos dos enunciados, os quais aparentavam ser contraditórios, mas também possibilitavam a entrada na Maioridade e/ou a permanência na Menoridade dos “sujeitos da loucura”.

Palavras-chave: Governo. Loucura. Discurso.

¹ Mestre em Psicologia - Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). E-mail: alessandra-aniceto@yahoo.com.br

² Mestre em Psicologia - Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). E-mail: tacinq@hotmail.com

³ Pós-graduanda em Saúde Mental - Faculdades Integradas de Patos (PB). E-mail: julianaramos.psicologia@gmail.com

ABSTRACT

This study presents an analysis of abstracts, published in the proceedings of the XVI National Meeting of Social Psychology - ABRAPSO, held in 2011, which were focused on madness and its relationships with mental health. The analysis was performed in the light of the concept of governmentality and followed the Foucaultian proposal of discourse analysis. The material analysed suggests that the legitimation of scientific knowledge has been serving as a tool in governing populations. Proposing the deinstitutionalization of psychiatric hospital, and electing other services as priorities such as the Psychosocial Care Centers (CAPS), the official discourses sustained different fields of knowledge, questioning a medical-hospital established structure. At the same time they reaffirmed the physicalist model, supporting the hygienist principle that sustains the psychiatric traditions. Another result, the family as an institution was used in the speeches as a technology that supports the government of the population. Speech regulations and rules were scattered, modulated concepts, theories, legitimized fields of knowledge, constructed versions of reality, and allowed for uses of strategic statements, which appeared to be contradictory. Also, they facilitated, for the "subjects of madness", to entry into Adulthood and / or stay in Nonage.

Keywords: Government. Madness. Speech.

1 INTRODUÇÃO

O presente escrito apresenta uma análise dos resumos publicados no livro de resumos do XVI Encontro Nacional de Psicologia Social (ABRAPSO, 2011) que culminavam a questão da loucura nos estudos em saúde mental, apresentados no evento. No referido encontro, 2.617 trabalhos foram selecionados e organizados em oito eixos temáticos: 1-Educação e formação; 2-Saúde; 3-Trabalho; 4-Políticas, democracia e movimentos sociais; 5-Mídia, comunicação, linguagem e artes; 6-Ética, violência e direitos humanos; 7-Histórias, metodologias e teorias; 8-Gênero, sexualidade, raça, idade e territórios de existência; sendo apresentados nas seguintes modalidades: Fóruns de debate (Moinhos); Simpósios (rodas gigantes); Mesas Redondas (Cirandas); Grupos de Trabalho (rodas de conversa), Pôsteres (Cataventos) e Rodas de cultura.

Cadernos Brasileiros de Saúde Mental, ISSN 1984-2147, Florianópolis, v.5, n.12, p. 25 - 39, 2013

Dos 2.617 trabalhos selecionados para apresentação no evento, 450 corresponderam ao eixo saúde da modalidade “Rodas de Conversa”; nesse universo textual, 115 tratavam de estudos em saúde mental. Considerando a quantidade significativa de estudos nacionais que traziam a saúde mental como tema de pesquisa da psicologia social e mediante a relevância desse encontro para a construção do ensino, da pesquisa, da extensão e da atuação profissional em psicologia e nas demais ciências sociais, realizamos uma análise dos textos que enfocavam a loucura, à luz do conceito de Governamentalidade.

Esse conceito diz respeito ao “conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, cálculos e táticas que permitem exercer esta forma bastante específica e complexa de poder, que tem por alvo a população” (FOUCAULT, 1992: 171). Ou seja, pode-se compreender como as características e os fenômenos sociais e populacionais, foram e são transformados em dados e índices numéricos, que permitem a administração e o controle das pessoas. Adiante, traremos algumas considerações sobre este conceito para compreendermos a importância do mesmo no entendimento do governo da população.

1.1 Entendendo Governamentalidade

Foucault (1992) no curso de seus estudos sobre as relações de poder, reflete sobre como essas possibilitaram a construção “do ato de governar os sujeitos”, bem como sua transformação ao longo da história. E, diante de tal entendimento, cunha o termo Governamentalidade, para se referir ao ato de governar enquanto ação para gerir os comportamentos e construtos, assim como os modos de viver das pessoas.

Em sua obra “Microfísica do Poder”, o referido autor contempla as transformações no exercício do governo desde a Idade Média. Nota como o Estado de justiça converte-se, nos séculos XV e XVI, no Estado administrativo e, por fim, na contemporaneidade, no Estado governamentalizado. Foucault vai discorrer sobre as formas de exercício da Governamentalidade, através das técnicas de controle e das relações de poder exercidas sobre si e sobre os outros, as quais denomina governo de si e dos outros.

No que diz respeito ao governo de si, são práticas que fazem uso de técnicas ou tecnologias do eu, as quais permitem aos sujeitos elaborarem ações sobre sua forma de ser, promovendo uma transformação de si mesmos, com o fim de alcançar certo estado de felicidade, pureza, sabedoria ou imortalidade. Quanto ao governo dos outros, trata-se de uma ação de um sujeito sobre os outros, ou do próprio sujeito sobre aquilo que pensa e aquilo que faz. Quando essas ações são realizadas sobre os outros, há técnicas de objetivação e dominação. E quando o sujeito exerce esta prática sobre si, refere-se a técnicas de subjetivação (técnicas de si ou tecnologias do eu) (FOUCAULT, 2010).

Nikolas Rose discorre sobre o governo de si e dos outros, em sua resenha “Governando a alma: a formação do eu privado” (1998), sobre a falsa ideia que temos de que nossas subjetividades, relações interpessoais e características psicológicas, consistem em construções pessoais livres da rede social que a costura, das relações de poder e do governo exercido pelos aparelhos do Estado. Observa como o ato de governar as pessoas se transformou ao longo do tempo e de acordo com a reorganização dos Estados e dos modelos econômicos, e descreve a forma como o eu é subjetivado na contemporaneidade.

Rose (1998) discorre também sobre como as necessidades e as características gerais da população têm sido incorporadas às ações propostas pelo Estado governamentalizado, sendo regidas, ainda, por outros vetores da sociedade, como a instituição familiar, a escola e a igreja, constituindo formas de governo político e ideológico que se dissolvem através de regulamentações, instituições, práticas administrativas, dentre outras.

Foucault (2003) nos auxilia a compreender a efetivação do Estado governamentalizado, ao descrever que, com o advento da industrialização e urbanização das cidades, que se dá na Europa por volta do século XVIII, o Estado traz para si questões relacionadas à população, como esta se configura: quantos homens, mulheres e crianças existem, qual prevalência de maior faixa etária, qual número de óbitos, de nascimentos, quantas pessoas adoecem, e outros dados estatísticos. O conhecimento sobre a população vai permitir o seu “melhor governo”, assim sendo, tal conhecimento passa a ser necessário, sendo expresso através de números e quantificações. De acordo com Ferreira (2009), ao medir as características e os fenômenos populacionais, torna-se

possível uma administração e um controle das pessoas, que não se pautam mais apenas na disciplina, ou na punição, mas no ato de controlar, de governar a si e ao outro. Nessa perspectiva, o controle da saúde da população foi um dos fins dessa administração, sendo exercida através da higienização pública pela medicina social.

Spink (2010) destaca que os campos de saber da saúde fazem uso dessas referidas práticas de registro e quantificação dos níveis da população, juntamente com o uso das tecnologias de processamento, como a estatística, para gerar uma noção de risco, que é utilizada como uma ação de governo populacional. Nesse sentido, o risco se configura como uma forma de governo da vida, ao que Foucault (2003) denomina biopolítica. Para esse autor, ao invés de se realizar a disciplina e o controle dos corpos em um plano individual, a biopolítica inaugura uma noção de controle no âmbito da espécie humana.

Rose (1998) discute esse governo do(s) eu(s) através dos aspectos psicológicos. Há a construção de uma nova forma de conhecimento sobre a subjetividade, feita por diversos tipos de profissionais da psique, que buscam falar, dizer sobre o sujeito, desse modo esses profissionais objetivam medir, diagnosticar e explicar a mente, de forma a resolver os problemas das pessoas e condicionar seus modos de vida, ordenando os mais adequados e saudáveis. Logo, todo um espectro de técnicas e ações, pautadas no discurso do saber científico, faz surgir uma nova forma de construção da subjetividade que se legitima através dos discursos de verdade dos saberes psi.

Foucault (2010), em curso no Collège de France dos anos de 1982-1983, traz o texto de Kant “O que é iluminismo”, para discutir sobre a perspectiva do ser governado e do governar-se a partir do outro, discorrendo sobre a Menoridade. Ao entender Menoridade, segundo Kant, Foucault (2010) a define como sendo a “incapacidade de se servir do seu entendimento sem a direção de outrem” (p.25), nesse sentido Menoridade diz respeito à incapacidade dos sujeitos se dirigirem e a potencialidade de passarem a ser dirigidos por outros.

Ainda, Foucault (2010) analisa que esse ensaio kantiano coloca as pessoas que não pensam por si como covardes e preguiçosas e que essas pessoas, habituadas ao jugo, não suportariam a emancipação que lhes pode ser concedida, desse modo, outras pessoas permanecem lhes dirigindo. Essas pessoas, que adquirem sobre os outros a

autoridade para dirigir, se encontrariam na Maioridade, elas são caracterizadas como pensantes por si mesmas. A saída da Menoridade significaria a entrada na Maioridade e a possibilidade de exercer uma atividade crítica, ou seja, ter a coragem de se servir do próprio entendimento. Esse jogo de “saídas e entradas” pode nos ajudar a refletir como a construção de campos de saberes específicos legitima a construção de verdades e de modos de ser que orientam a vida das pessoas, suas escolhas, suas ações.

Nesse sentido, Spink (2010) destaca que as políticas de saúde, montadas a partir das verdades do saber científico, teriam por função conhecer e intervir nos possíveis grupos de risco, baseando-se na premissa da prevenção e estabelecendo uma noção de responsabilização do sujeito para com sua saúde e seu bem-estar. Esta nova biologia de controle estaria espelhada em tecnologias liberais de auto-governo, nas quais o sujeito deve tomar as rédeas da gestão do seu risco.

Dentro dessa noção de auto-governo ou de responsabilização de si, que passa a fazer parte da constituição das pessoas, Rose (1998) discute a influência exercida pelos saberes psi, como a psiquiatria e a psicologia, na construção de complexas redes de governo, a partir das quais os sujeitos são envolvidos, atravessados e se constituem. O conhecimento de si passa a orientar as pessoas a se constituírem como tais e a dizerem quem são, fazendo da “liberdade de ser” mais uma técnica de governo, ou melhor, de auto-governo.

1.2 Saúde mental e loucura

Os textos analisados neste escrito se focam no estudo da loucura, imersa nas pesquisas em saúde mental. Neste sentido é importante trazer uma breve conceituação desses termos, como observamos nos textos publicados no XVI Encontro Nacional de Psicologia Social-ABRAPSO.

A saúde mental, destaca Amarante (2003), é um campo polissêmico e plural na medida em que diz respeito ao estado mental dos sujeitos e das coletividades, que são condições altamente complexas. Todavia, o que se tem analisado é que esse campo polissêmico, ainda, é descrito a partir de um único modelo, fundamentado na perspectiva da doença, o qual refere saúde mental como um estado sadio, tido como um estado

“normal”, um estado de bem-estar mental, em que não há possibilidade de existir nenhuma forma de desordem.

Da mesma forma, o termo loucura se fundamenta a partir do modelo centrado na doença, para o qual a loucura é representada pela pessoa mentalmente doente, acometida de transtornos ou repleta de instabilidade. Logo, a loucura tem um papel estratégico, no momento em que se torna sinônimo de erro; algo não mais da ordem do sobrenatural, de uma natureza estranha à razão, mas uma desordem desta, como referem Torre e Amarante (2001).

Pinheiro (2006) ressalta que a loucura é entendida como um distúrbio das paixões humanas, que incapacita o sujeito de partilhar do pacto social. O louco é, pois, o sujeito da desrazão, aquele que está fora de si, fora da realidade, é o que tem alterada a sua possibilidade de juízo. Assim sendo, o louco seria visto como uma pessoa imprevisível, associada à violência e ao perigo, cabendo, então, aos “não-loucos” excluírem o louco - este sujeito considerado diferente do grupo social que o abarca. Nos últimos séculos, tendo por referência a exclusão e a reclusão, o tratamento da loucura tem sido organizado a partir do isolamento. Para Amarante (2003), nessa perspectiva, a loucura, por contradizer a razão, contribui para construir uma pessoa que se torna incapaz de julgar, de escolher, de ser livre, já que a liberdade implica no direito e na possibilidade de escolha.

A referência da loucura como anormalidade é contestada por Canguilhem (1995). Para esse autor, o conceito de normal, que está associado à média estatística, que considera o que é “comum” a uma dada população, é impróprio, pois essas médias exprimem normas de vida coletivas e não normas de vida que são resultado de hábitos individuais. Além disso, não existe uma barreira que separe o normal e o patológico, o normal tem a flexibilidade de uma norma que varia, que se transforma de acordo com as condições individuais, conforme a possibilidade de adoecer e de poder recuperar-se; nesse movimento, a pessoa constrói uma capacidade de tolerância ou de segurança que instaura novas normas. É nesse sentido que a pessoa passa a ser considerada como um todo, em que o sujeito ocupa o lugar da experiência e quebra as estratégias de normalização e disciplinamento.

2 METODOLOGIA

Realizamos um estudo com um material específico e delimitado em extensão, objetivando apreciar a complexidade e profundidade do mesmo. Nesse sentido, partimos de um levantamento dos resumos publicados no XVI Encontro Nacional de Psicologia Social-ABRAPSO, especificamente na modalidade “Rodas de Conversa” do eixo temático Saúde, centrando-nos na análise das publicações em saúde mental e que traziam a loucura como foco em seus estudos.

Neste encontro, o eixo Saúde se compunha de 450 trabalhos, destes 115 referiam-se à loucura em suas pesquisas, todavia não a tomavam como foco. Essas pesquisas tratavam de práticas profissionais em residência terapêutica; tratamentos em saúde mental de transtorno mental, álcool e outras drogas; política de saúde mental na atenção básica; intervenções terapêuticas realizadas nos Centro de Atenção Psicossocial (CAPS); política da reforma psiquiátrica e seus desenlaces, dentre outros.

Como nossa proposta era analisar os textos em que a loucura fosse o foco do estudo, detivemo-nos em nove trabalhos. Estes foram construídos por autores diferentes e suas pesquisas eram oriundas de lugares diversos, como Minas Gerais, Paraíba, Rio Grande do Sul, Salvador, São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo.

Para apreciação desse material, foi realizada uma análise de discurso à luz do conceito de Governamentalidade, seguindo a proposta de análise foucaultiana. Para Foucault (1997, p.31), a análise do campo discursivo se propõe a

Compreender o enunciado na estreiteza e singularidade de sua situação; de determinar as condições de sua existência, de fixar seus limites da forma mais justa, de estabelecer suas correlações com outros enunciados a que pode estar ligado, de mostrar que outras formas de enunciação exclui.

De acordo com Foucault (1997), nessa proposta de análise, o pesquisador não estaria preocupado com o que está por trás dos textos, ou deveria buscar o que supostamente os autores queriam falar. O pesquisador deve descrever o discurso, suas condições de existência, o que faz com que determinado conjunto de enunciados sejam tomados por referência ao invés de outros; além disso, os discursos possuem um suporte histórico, institucional que permitem ou proíbem sua enunciação.

Para Gonçalves (2009) a compreensão do método de análise foucaultiano prescreve quatro etapas: 1) há uma regularidade entre os objetos, as modalidades enunciativas dos sujeitos, os conceitos e as teorias, já que se entende que a formação dos objetos está sujeita às regras do campo discursivo, que constroem os conceitos e as teorias; 2) como os sujeitos estão imersos em modalidades enunciativas, estas representam as definições sobre o controle das zonas distintas do discurso; 3) os conceitos, sendo elementos do discurso, precisam ser situados em um campo discursivo, para que seja possível analisar suas condições de emergência e de dispersão; 4) o conjunto das regras das formulações teóricas regula os modos de utilização do discurso.

De acordo com o referido autor, esse modelo de análise está atento ao embate dos discursos em torno do estatuto de verdade. Considera então o conjunto de regras através das quais se estabelecem o verdadeiro e o falso, em especial se analisa os regimes de verdade estabelecidos pelas produções científicas que buscam, por meio de sua formação discursiva, legitimar o que é possível ser verdadeiro e o que não é possível.

3 APRESENTANDO A ANÁLISE

Tomando como ponto de partida o conceito de Governamentalidade, o qual conduzirá toda a análise, trabalharemos com os resumos publicados nesse Encontro Nacional, tendo por fundamento os discursos que os constroem, não a interpretação ou o desvelamento de seus sentidos, mas a irrupção dos acontecimentos discursivos, como sugere Gonçalves (2009).

3.1 Sujeitos – atos de governo

Nesse momento, discorre-se sobre aqueles que trabalham na produção acadêmica, aqueles que falam de saberes, os que são profissionais psicólogos ou estudantes de psicologia que falam sobre um tema específico: a loucura, estando esses presentificados nos resumos analisados. Esses sujeitos, que também são constituídos por discursos, enunciam conceitos, localizados historicamente e fundamentados em um campo específico: os saberes psi. No que diz respeito a esses saberes, dizem ao outro o

que ele é e o que pode ser. Foucault (2010) discorre sobre a Menoridade e a Maioridade, tomando por referência Kant, e nos auxilia a refletir como campos de saber específicos legitimam a construção de verdades e de modos de ser, que orientam a vida das pessoas, suas escolhas, suas ações.

Nessa perspectiva, Rose (1998) fala da produção de expertises, de “sujeitos de saber” que elaboram discursos de verdade sobre o outro. Esses diversos tipos de profissionais buscam medir, diagnosticar e explicar esse outro (que, no caso dos estudos analisados, dizem respeito ao “sujeito da loucura”) de forma a resolver problemas e condicionar modos de vida, qualificados como adequados e saudáveis. Tal legitimação do saber científico vem servir como uma das ferramentas utilizadas no governo da população, como analisa Foucault (1992). Essas reflexões podem ser compreendidas através de trechos, selecionados do material analisado:

O trabalho visa analisar a implantação do Apoio Matricial (AM) no município de Cariacica-ES, avaliando os **efeitos e as contribuições que a interlocução da Saúde Mental com a Atenção Básica pode proporcionar** no fortalecimento da rede de cuidados e no processo de desinstitucionalização da loucura. (pesquisa 6, *grifo nosso*)

Nossas ações de pesquisa constituem-se em catalogar as obras (pinturas, desenhos e bordados) produzidas pela Oficina de Criatividade, segundo padrões exemplares da museologia. **Temos como finalidade constituir a infra-estrutura para um banco de imagens eletrônico** a ser disponibilizado para a comunidade acadêmica para fins de pesquisa relacionadas à arte e loucura. (pesquisa 3, *grifo nosso*)

A pesquisa objetiva **analisar prontuários** criteriosamente selecionados dos usuários do CAPS, **deles recolhendo os elementos atinentes às suas histórias de vida, destacando os indicadores** da relação entre eles e a família. (pesquisa 4, *grifo nosso*)

Em meio ao material analisado, uma das pesquisas busca falar sobre a loucura, ao questionar ao “sujeito da loucura” sobre si: “objetiva analisar os discursos de usuários de CAPS I a respeito dos espaços instituídos para pessoas em sofrimento psíquico” (pesquisa 2). Estaria este estudo propondo a saída desses sujeitos da Menoridade? Ou objetiva que essas pessoas falem de si, como ato de confissão para, em seguida, cuidarem de si, a partir dos saberes ditos científicos, dos saberes psi, enredando-os nas malhas do governar-se?

3.2 Do sujeito ao conceito

Os enunciados discorreram, ainda, sobre as práticas psicológicas e de outros profissionais da saúde, tendo como conceitos chave a Saúde Mental e os CAPS. Esses conceitos eram atravessados pelo saber da reforma psiquiátrica e sua legitimação enquanto verdade, que sustentam as perspectivas de mudança no que diz respeito às práticas em saúde.

Nos textos analisados, a Saúde Mental é retratada pelo viés da doença, estando baseada no modelo fisicalista (LAPLANTINE, 1991). Segundo este autor, esse modelo trabalha com o binarismo saúde-doença e toma como referência a doença enquanto conjunto de sensações ou sintomas, físicos ou mentais, de desordem. A saúde, pelo contrário, seria a ordem do organismo humano. Tal perspectiva nos parece presente nos seguintes trechos do material de análise:

O interesse de nosso projeto é, portanto, plural: de um ponto de vista dos sujeitos-artistas-loucos, queremos saber daquilo que **resiste ao sufocamento de suas forças vitais**; de um ponto de vista do acúmulo de obras por eles produzidas e que se empilham dia-a-dia no Acervo (pesquisa 3, *grifo nosso*).

Outros textos também retratam a saúde mental a partir de doença, como “objetivando evidenciar a necessidade de se realizar um estudo específico que contemple a concepção de cidadania **voltada para a especificidade da doença mental**” (pesquisa 1, *grifo nosso*).

A Saúde Mental é espelhada pela doença mental, ao passo que a doença, discorrida através dos sintomas, permanece atrelada à desordem e à desrazão, como reflete Amarante (2003). O discurso do sujeito anormal, tomado pela desrazão, tem sido questionado pelo saber da reforma psiquiátrica, todavia os textos analisados fazem uso desse saber para fundamentar a desrazão como estando atrelada à loucura.

Este estudo cartográfico apresenta discussões referentes ao estigma da loucura, pautado na defesa pelo fim de nossos manicômios mentais, na **necessidade de libertarmos nossa desrazão**, bem como, de abrir espaço de escuta e composição com a potência de vida de cada um (pesquisa 5, *grifo nosso*).

A desrazão que é questionada e, ao mesmo tempo, trazida como recurso que legitima a loucura, sustenta, ainda, o discurso de liberdade e cidadania do “sujeito da loucura”, sendo essas produzidas através das práticas nos CAPS. Atentamos que todos

os textos traziam os CAPS como instituições que resgatam os direitos desses sujeitos e desempenham o papel de reinseri-los na sociedade.

A política de saúde mental do Brasil, fundamentada nos princípios reformistas, institui a substituição dos hospitais psiquiátricos por serviços abertos e comunitários, e dentre estes **o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) representa seu principal dispositivo**. Os CAPS têm como uma de suas propostas ampliar as ofertas de inserção de seus usuários na vida das cidades, potencializando o espaço urbano como produtor de modos de socialização diferentes dos já experimentados. (pesquisa 5, *grifo nosso*).

Ao desinstitucionalizar alguns lugares, como o hospital psiquiátrico, e eleger outros, como os CAPS, esses discursos sustentam outros campos de saberes, questionando o saber médico-hospitalar. Ao mesmo tempo reafirmam o modelo fiscalista, quando trazem o binarismo saúde-doença, reiterando a proposta higienista que constrói a psiquiatria.

3.3 Dos conceitos às estratégias de formulação teóricas

Os textos analisados estão imersos no contexto histórico da política contemporânea de saúde mental no Brasil, estando essa sustentada pelo saber da reforma psiquiátrica, o qual supõe a mudança na formulação teórica de risco, a qual Spink (2010) discute. Para essa autora, a proposta de risco tem por uma das finalidades governar a população. No caso do material apreciado, a noção de risco parece trazer para a família a responsabilização do cuidado com o “sujeito da loucura”.

Foucault (2003) refere como a instituição familiar é utilizada como uma das tecnologias que sustentam o governo da população. A família, como uma instituição de exercício de poder, sustenta a formulação da noção de risco e a legitima através do cuidado do outro. Podemos tomar como exemplo o seguinte trecho da pesquisa:

(...) partindo da tese de que a loucura possui uma história que, por sua vez, tem sua concretude primeira no modo relativo estabelecido pela família com seu membro adoecido, particularmente ao modo como esta representa o sofrimento psíquico daquele. (...) quais as possibilidades, limites e desafios dos profissionais do CAPS na sensibilização da família para aderir ao tratamento do usuário ali acorrente (pesquisa 4).

Como Foucault (2003) bem ressalta, a população vem aparecer como fim e instrumento do governo, tendo como objetivo melhorar a sua *qualidade* de vida, aí está o conceito de Governamentalidade atravessado nos discursos dos textos analisados. Os

atos discursivos constroem formulações teóricas que regulam as práticas em saúde mental e possibilitam uma mudança das relações que as pessoas têm com os discursos que circulam, selecionando e legitimando o que é verdadeiro e o que não é. Como no trecho selecionado:

O processo de desinstitucionalização, não está pautado somente nas mudanças físicas e funcionais dos serviços, mas principalmente na transformação deste desejo, que exige mudanças subjetivas no modo de lidar com a loucura (pesquisa 6).

Essas regulações e regras dos discursos que vão sendo produzidas, aparentemente dispersas, modulam conceitos, teorias, legitimam campos de saberes, constroem versões de verdade; elas possibilitam usos estratégicos dos enunciados, os quais aparentam ser contraditórios – poderíamos pensar aqui nas noções de risco, bem como de “esclarecimento”–, mas também possibilitam a entrada na Maioridade ou a permanência na Menoridade de determinados sujeitos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É prudente pontuarmos que Foucault não limita o ato de governar a aparelhos do Estado, já que os jogos de poder são, sobretudo, dialógicos, as relações de poder são circulares, não havendo portando canais unificados e sim uma malha, uma rede que põe qualquer sujeito ou instituição na posição de governar e ser governado simultaneamente.

Sendo assim, ao analisarmos os trabalhos acima mencionados, observamos os discursos que os sustentam como tal, seus possíveis endereçamentos e principalmente seus efeitos. Embora a questão dos efeitos não pôde ser potencialmente abordada aqui pela limitação do material de análise, podemos minimamente pensar que uma parte significativa do que foi escrito nos resumos já são efeitos dos jogos de poder político, científico, acadêmico e comunitário, dentre outros possíveis.

Na análise do conceito de Governamentalidade sobre os textos com enfoque na loucura, não podemos, nem pretendemos, afirmar quais discursos são considerados hegemônicos, mas que discursos, por hora, são produzidos e trabalhados neste campo.

Por fim, outro fator, também importante, diz respeito ao contexto de submissão desses trabalhos ao XVI Encontro Nacional de Psicologia Social-ABRAPSO, uma vez que

as próprias regras e objetivos deste evento também produzem efeitos de “governo”, que direcionam, modulam, aceitam e descartam formas de pensar e escrever. Ou seja, são discursos modulando discursos. Esses questionamentos nos fazem refletir que os pressupostos e potenciais da Governamentalidade não estão apenas nos outros e sim neste jogo dialógico que nos constrói e reconstrói como sujeitos cotidianamente.

REFERÊNCIAS

ABRAPSO - XVI ENCONTRO NACIONAL DE PSICOLOGIA SOCIAL DA ABRAPSO, 16, 2011, Recife-PE. *Livro de Resumos do XVI Encontro Nacional de Psicologia Social da ABRAPSO - Psicologia social e seus movimentos*. Recife: UFPE, 2011. 976p.

AMARANTE, P. A (clínica) e a Reforma Psiquiátrica. In: P. Amarante (Org.). *Arquivos de saúde mental e atenção psicossocial*. Rio de Janeiro: Nau, 2003. p.45-66.

CANGUILHEM, G. *O normal e o patológico*. (Trad. Maria Thereza R. de Carvalho Barrocas; Luiz Octavio Ferreira Barreto Leite). 4. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FERREIRA, A. A. L. Governamentalidade e práticas psicológicas: a gestão pela liberdade. *Rev. Filos*, v. 21, n. 28, p. 59-72, 2009.

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. (Org. e trad. Roberto Machado). 10. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1992.

_____. *A arqueologia do saber*. (Trad. Luiz Felipe Baeta Neves). 5. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

_____. Governamentalidade. In: _____. *Estratégia, Poder-saber (Ditos e escritos IV)*. (Org. Manoel Barros da Motta). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003. p. 281-305.

_____. *O governo de si e dos outros: curso no Collège de France (1982-1983)*. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

GONÇALVES, S. C. O método arqueológico de análise discursiva: o percurso metodológico de Michel Foucault. *Revista História e-História*, n.1, p.1-21, 2009.

LAPLANTINE, F.. *Antropologia da doença*. (Trad. Walter L. Siqueira). 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

PINHEIRO, M. A. *A linguagem como forma de vida: uma leitura Wittgensteineana sobre a gramática da doença mental no discurso da reforma psiquiátrica*. Recife-PE, 2006. 101 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) - Universidade Católica de Pernambuco.
ROSE, N. Governando a alma: a formação do eu privado. In: T. T. da Silva (Org.). *Liberdades reguladas*. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 30-45.

SPINK, M. J. Comunicação sobre riscos, biopolítica e a reconfiguração possível do cuidado. In: R. Pinheiro; A. G. S. Junior (Orgs.) *Por uma sociedade cuidadora*. Rio de Janeiro: CEPESC – IMS, UERJ – ABRASCO, 2010.

TORRE, E. T. G; AMARANTE, P. Protagonismo e subjetividade: a construção coletiva no campo da saúde mental. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 6, n. 1, p. 73-85, 2001.